

DOSSIÊ
AMAZÔNIA
SEM **FOME**



REPAM
REDE ECLÉSIAL PANAMAZONICA
BRASIL

Dossiê da Fome, Insegurança Alimentar e Nutricional na Amazônia

1ª Edição - 2024

Publicação Digital e impressa

Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil

Presidente

Dom Evaristo Pascoal Spengler

Vice-presidente

Dom Pedro Brito Guimarães

Secretário

Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira

Secretária Executiva

Irmã Maria Irene Lopes dos Santos

Elaboração

Prof. Dr. Carlos Alberto de Sousa Cardoso
Fábio Gonçalves de Almeida e Jaisse Costa Carvalho
Prof. Dr. Mário Tito Almeida

Revisão

Marcos Pereira Gomes

Projeto Gráfico e Diagramação

Raul Benevides

Imagens Arquivos da REPAM-Brasil e Shutterstock

Contato

www.repam.org.br
repambrasil@repam.org.br

Realização e Apoio



“A luta contra a fome exige a superação da lógica fria do mercado, concentrada avidamente no mero benefício econômico e na redução dos alimentos a uma mercadoria entre muitas, e no reforço da lógica da solidariedade.”

(Papa Francisco – Mensagem ao diretor-geral do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para o Dia Mundial da Alimentação 2021)



SUMÁRIO

I. Apresentação.....	5
II. Introdução	7
Campanha Amazônia sem fome	9
III. I. Fome, insegurança alimentar, crise climática: impacto na Amazônia?.....	9
Referências bibliográficas	16
IV. II. Iniciativas e experiências de enfrentamento da fome na Amazônia	16
V. III. Amazonizar as políticas públicas de combate à fome	38
Ações concretas são importantes para gerar resistências	41

APRESENTAÇÃO

A Amazônia, frequentemente celebrada por sua rica biodiversidade e papel fundamental no equilíbrio climático global, enfrenta uma crise emergente em decorrência de duas ameaças interconectadas: a fome e as mudanças climáticas. Este dossiê da REPAM-Brasil, fruto do trabalho árduo de pesquisadoras e pesquisadores que se debruçam sobre as intersecções entre essas duas agendas, busca explorar como essas questões estão entrelaçadas e como cada uma exacerba a outra, criando um ciclo de violação dos direitos e ameaças à vida plena para as comunidades amazônicas. Esse documento, apesar de sua dureza temática, celebra uma iniciativa recente da REPAM-Brasil: a Campanha Amazônia Sem Fome, uma mobilização para engajar a sociedade brasileira na pressão política pela adoção de medidas que promovam o acesso a alimentos de qualidade para irmãos e irmãs na Amazônia.

A fome na Amazônia não é apenas um problema de escassez de alimentos, mas um reflexo de uma crise socioambiental mais profunda, que persiste principalmente devido à exploração desenfreada em nome do desenvolvimento e do progresso. As mudanças climáticas estão alterando os padrões de temperatura e precipitação, afetando diretamente a produção agrícola e a disponibilidade de alimentos na região. O aumento das temperaturas e a variabilidade climática estão comprometendo a capacidade das comunidades locais de cultivarem e colherem alimentos de forma sustentável.

A segurança alimentar na Amazônia é uma questão crítica e multifacetada, marcada por desafios únicos que refletem a complexidade ecológica e social da região. A biodiversidade da Amazônia

oferece um potencial significativo para garantir a alimentação das populações locais. No entanto, a deterioração ambiental, o desmatamento e as mudanças climáticas estão comprometendo gravemente a capacidade de produzir e acessar alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e em quantidade suficiente. A transformação dos ecossistemas e a perda de solos férteis reduzem a capacidade das comunidades indígenas, ribeirinhas e tradicionais de manterem suas práticas agrícolas sustentáveis.

Além disso, as mudanças nos padrões climáticos, como variações nas chuvas e temperaturas extremas, afetam a produtividade agrícola e a disponibilidade de alimentos. Assim, a segurança alimentar na Amazônia enfrenta uma crise de pelo menos duas frentes: enquanto a pressão sobre os territórios expulsa comunidades, destrói roças tradicionais e contamina as águas e o solo, as transformações climáticas exacerbam as dificuldades no fornecimento e acesso a alimentos. Torna-se essencial uma abordagem integrada que promova urgentemente políticas eficazes de proteção socioambiental e auxilie as comunidades amazônicas a se adaptarem às mudanças.

A interseção entre fome e mudanças climáticas na Amazônia representa um desafio complexo e urgente que exige uma resposta coordenada e multidimensional. Ao aprofundar nossa compreensão desses temas e suas inter-relações, os textos apresentados indicam soluções justas, populares e solidárias. Experiências reais em alguns territórios estão mitigando os efeitos das mudanças climáticas no acesso à alimentação.

Este dossiê é um esforço de pesquisa que nos convoca a atuar diante de uma realidade cruel: irmãos e irmãs estão com fome na Amazônia. É urgente integrar agendas, instituições e políticas a fim de garantir que todas as pessoas tenham o direito à alimentação assegurado. É dever do Estado brasileiro garantir esse direito e é nosso compromisso cristão lutar para que todas as mesas tenham pão, açaí, farinha, peixe e toda a variedade dos alimentos amazônicos.

Boa leitura!

Leon Souza

Diretor de Campanhas – Casa Galileia



INTRODUÇÃO

CAMPANHA AMAZÔNIA SEM FOME

A Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil), organismo da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), lançou, no dia 11 de abril de 2023, a Campanha Amazônia Sem Fome. Essa iniciativa teve como objetivo aprofundar a reflexão sobre a alarmante realidade da fome que assola milhões de pessoas no bioma amazônico. Além de conscientizar sobre essa questão crítica e triste, a Campanha buscou propor soluções que orientassem a implementação de políticas públicas nos estados e em perspectivas Federal. A ação não foi apenas de identificar os desafios, mas também de promover ações que assegurassem a segurança alimentar e a dignidade humana daqueles que ocupam o território da Amazônia.

O bispo de Roraima e presidente da REPAM-Brasil, Dom Evaristo Spengler, salienta que “na nossa querida Amazônia, milhões de pessoas estão em situação de fome e de insegurança alimentar. É um escândalo essa realidade, porque sabemos que a Amazônia brasileira é um bioma diverso, mas infelizmente vem sendo saqueado por interesses mesquinhos, interesses que prezam o lucro e não a vida em abundância. Nesse contexto, mesmo uma região que produz tanto não distribui comida de qualidade para sua população”.

Atenta a essa realidade, a Campanha Amazônia Sem Fome é um compromisso da REPAM-Brasil e de seus parceiros para que o flagelo da fome não seja esquecido, especialmente nos territórios amazônicos, os quais têm esse desafio ampliado por outras questões estruturais,

como lembrou Dom Evaristo: “A Igreja no Brasil quer continuar refletindo o tema da Campanha da Fraternidade. O chamado de Jesus ecoa em nossas comunidades: ‘Dai-lhes vós mesmo de comer!’. E nós, o que estamos fazendo para dar comida de verdade e garantir alimentos saudáveis para todas as pessoas na Amazônia?. Com essa campanha, queremos mobilizar a Igreja, os católicos e católicas e toda a sociedade brasileira, visando a pressionar os governos e as autoridades para a adoção de políticas públicas de enfrentamento à fome e à insegurança alimentar”, completa o presidente da REPAM-Brasil.

Várias ações foram desenvolvidas nessa campanha e poderão ser analisadas nos textos a seguir. Uma delas foi o Banquetão¹, mobilização que visou mostrar quantos alimentos saudáveis são produzidos e cultivados pelas comunidades da floresta e das cidades amazônicas. Esses frutos da terra, resultado do trabalho local, foram ofertados como sinal do compromisso por uma Amazônia sem agrotóxicos, promovendo a justiça socioambiental e garantindo alimentos saudáveis para todas as pessoas.

A campanha da REPAM-Brasil voltou-se para a realização metodológica de atividades de pesquisa e levantamento de dados sobre fome e insegurança alimentar na Amazônia Legal. Com isso, propôs uma série de diálogos com os governos estaduais e com o Governo Federal para a efetivação de políticas públicas de enfrentamento à fome e à insegurança alimentar no bioma e de fortalecimento das iniciativas de agroecologia junto às comunidades. As ações de mobilização da Campanha Amazônia Sem Fome seguiram até o mês de novembro de 2023, com encerramento no Dia Mundial dos Pobres.

REPAM²

1 Campanha Amazônia sem Fome convoca comunidades a realizarem um Banquetão por uma Amazônia com comida no prato. REPAM, 2023. Disponível em: <<https://repam.org.br/amazonia-sem-fome-convoca-comunidades-banquetaco-por-uma-amazonia-sem-fome/>>.

2 REPAM-Brasil lança Campanha Amazônia Sem Fome. Campanha Amazônia Sem Fome, 2023. Disponível em: <<https://repam.org.br/repam-brasil-lanca-campanha-amazonia-sem-fome/>>.



I. Fome, insegurança alimentar, crise climática: impacto na Amazônia?

Carlos Alberto de Sousa Cardoso

Os dados do Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças Climáticas (Adapta Brasil) descrevem um cenário em que mais da metade dos municípios da Amazônia Legal não possui condições e estruturas mínimas a fim de enfrentar as consequências das mudanças climáticas. Essa situação contribui significativamente para o aumento da vulnerabilidade e da insegurança alimentar das comunidades da região, haja vista a Amazônia ser uma região de grande importância para a produção de alimentos, tanto para consumo interno quanto para exportação.

A seca é ainda agravada pela diminuição da cobertura da Floresta Amazônica, devido ao desmatamento e às queimadas. Quanto menos árvores para fazer o processo de evapotranspiração, que é a geração de vapor de água para a atmosfera, menos chuva teremos e mais elevadas serão as temperaturas e o calor experimentados na região. Os eventos extremos têm afetado as florestas alagáveis da Amazônia, também chamados de igapós e várzeas, ecossistemas únicos e importantes para a biodiversidade local. No seu curso normal, as florestas estão ligadas aos ciclos naturais de inundação dos rios, sendo que suas árvores são adaptadas para sobreviver a inundações e a secas. Como os níveis de água estão bem mais baixos do que o esperado

na estação seca, os solos das florestas alagadas, antes submersos durante a maior parte do ano, estão com uma exposição prolongada. Muitas espécies de peixes, insetos, mamíferos aquáticos e outros animais adaptados aos ciclos naturais de inundação da região enfrentam desafios para sobreviver às consequências dos eventos climáticos extremos. As secas extremas trazem consequências desastrosas para a Amazônia. Como o principal meio de transporte da região são os rios, quando eles secam, municípios e comunidades inteiras ficam isoladas. Há escassez de água potável, de abastecimento de alimentos e falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação. Além disso, a erosão dos solos na várzea coloca a vida e os bens das populações ribeirinhas em risco. (Aline Lopes, Michelle Pazin, Maria Teresa Piedade, Layon Demarchi, Gisele Mori, Giuliette Mano e Jochen Schöngar)³

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na segurança alimentar em todo o mundo. As alterações nos padrões climáticos, como secas prolongadas, inundações, frio intenso, calor intenso e outros eventos extremos, afetam a produção e a disponibilidade de alimentos. Além disso, elas podem levar à degradação do solo, à perda de biodiversidade e a outros impactos negativos na agricultura.

Quando a produção de alimentos diminui, os preços dos alimentos aumentam e a disponibilidade de alimentos é reduzida, acarretando a fome e a desnutrição. Ademais, a insegurança alimentar pode levar à pobreza, à migração forçada e a conflitos por terra, em decorrência do avanço do agronegócio sobre áreas de produção agrícola familiar camponesa e indígena.

Para enfrentar esse desafio, são necessárias medidas que busquem garantir a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental, como a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e

3 LOPES, Aline *et al.* **Seca extrema na Amazônia: como o desmatamento altera o regime de chuvas.** Bori Agência, 2023. Disponível em: <<https://abori.com.br/artigos/seca-extrema-na-amazonia-como-o-desmatamento-altera-o-regime-de-chuvas/>>.



a promoção da adaptação ao clima. Também é essencial fortalecer a resiliência das comunidades vulneráveis, especialmente por meio da promoção da soberania alimentar.

Quando se observam os registros e os impactos da última seca extrema na Amazônia em 2023, tem-se a ciência da urgência de que a comunidade internacional e os governos locais encontrem soluções para minimizar os efeitos dos eventos extremos em comunidades ribeirinhas e povos indígenas. Para além de medidas momentâneas, é preciso combater o desmatamento da floresta amazônica, restaurar as áreas degradadas, fortalecer o desenvolvimento sustentável e investir de forma contínua em educação e ciência. Somente assim será possível, a longo prazo, conservar a biodiversidade e manter os múltiplos serviços ecossistêmicos que garantem a sobrevivência das comunidades tradicionais e indígenas nesses ambientes.

A soberania alimentar envolve o controle da produção e a decisão do que comer por uma sociedade, considerando, inclusive, seus aspectos culturais. Isso significa que as comunidades têm o direito de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, de acordo com suas necessidades e tradições locais. Dessa forma, é possível garantir a segurança alimentar e nutricional, promover a agricultura sustentável e a preservação da biodiversidade, além de fortalecer a economia local e reduzir a dependência de sistemas alimentares globalizados e insustentáveis.

A falta de estrutura e recursos para enfrentar as consequências da crise climática aumenta a vulnerabilidade das comunidades locais a conflitos, a deslocamentos e a recorrência a atividades ilegais como o garimpo, por exemplo. Em resumo, é fundamental reconhecer a complexidade da relação entre mudanças climáticas e insegurança alimentar e adotar medidas que promovam a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a soberania alimentar. Somente assim será possível garantir um futuro mais justo e sustentável para todos.

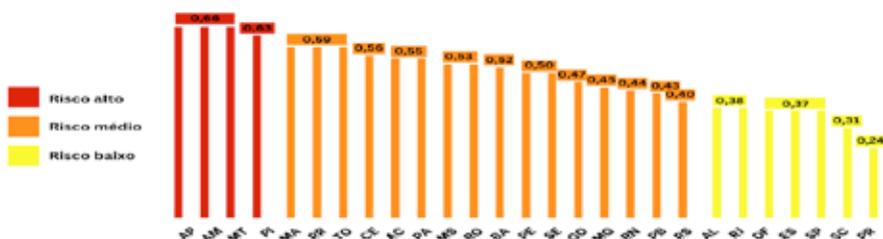
De acordo com os dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no



Brasil (II VIGISAN), pesquisa desenvolvida pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), na macrorregião que abriga 80% da Amazônia, a insegurança alimentar grave e a moderada está presentes em 54,6% dos lares de agricultores familiares. Sendo assim, a população do campo é proporcionalmente mais atingida pela insegurança alimentar em comparação com a urbana. Isso significa que os pequenos agricultores estão comendo menos do que precisam. O quadro mais grave ocorre nas zonas rurais do Norte brasileiro.

Dentro desse quadro, Amapá, Amazonas e Mato Grosso são os estados com o maior número de municípios em vulnerabilidade, em alto risco de insegurança alimentar. Já os estados do Maranhão, Roraima, Rondônia, Tocantins, Acre e Pará encontram-se em médio risco. Só no Mato Grosso são 24 municípios que se encontram nessa situação; depois, vem o Tocantins, com 15; e, em seguida, o Maranhão, com 10. No Mato Grosso estão os municípios do país que atingiram o grau mais elevado de vulnerabilidade: São Félix do Araguaia e Gaúcha do Norte. Dos 1,7 mil municípios que estão com índice classificado como de baixa vulnerabilidade, apenas 50 fazem parte da Amazônia Legal.⁴

Ranking de vulnerabilidade dos estados brasileiros
Amazônia corre mais risco de insegurança alimentar em eventos climáticos



4 PEREIRA, Jullie. Mudanças climáticas põem em risco segurança alimentar da população em 62% dos municípios da Amazônia Legal e região é a mais afetada do país: Especialistas afirmam que políticas de combate à fome devem focar nos estados da Amazônia, com recortes de gênero e raça. **InfoAmazonia**, 2023. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2023/03/15/mudancas-climaticas-poem-em-risco-seguranca-alimentar-da-populacao-em-62-dos-municipios-da-amazonia-legal-e-regiao-e-a-mais-afetada-do-pais/>>.



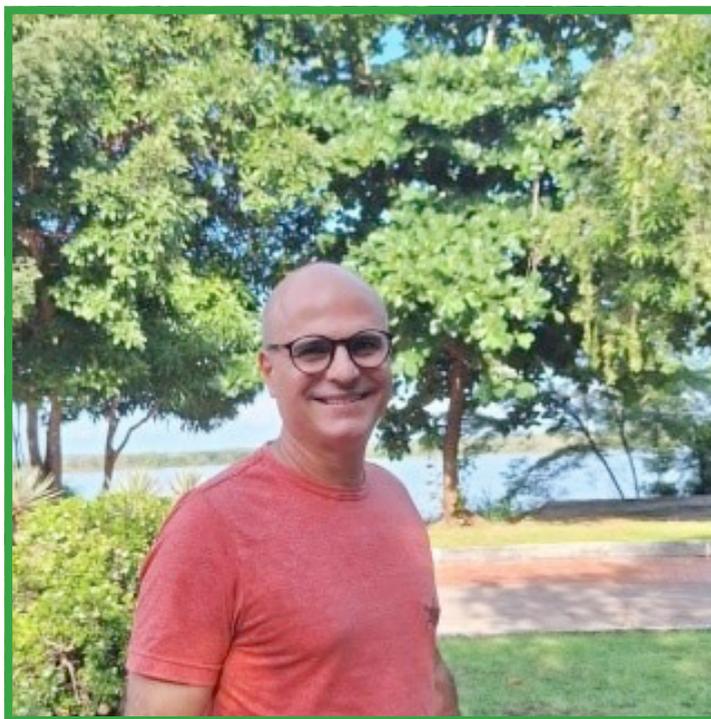
Contudo, a Amazônia, uma das regiões mais vastas do planeta, com uma grande diversidade de relevos e biomas e considerada atualmente como espaço do avanço do capital e do agronegócio, ainda possui problemas logísticos de transporte a serem enfrentados. Tal situação impede que o agricultor familiar ou o agricultor indígena escoem sua produção ou fique impedido de produzir. Também é importante registrar que, quanto mais o capitalismo avança sobre o campo, com o aprofundamento da industrialização da agricultura e a expansão do agronegócio, pior se torna a alimentação do agricultor de base familiar.

É importante destacar também que a insegurança alimentar não é apenas uma questão de quantidade de alimentos, mas também de qualidade e diversidade nutricional. É fundamental que políticas públicas sejam elaboradas e promovidas para garantir o acesso desses agricultores a recursos e técnicas que permitam o encontro dos conhecimentos científicos e tradicionais, pois foi exatamente a supervalorização da tecnologia que jogou muitos agricultores à beira da fome. Do mesmo modo, faz-se mister providenciar a infraestrutura necessária para produção e comercialização de seus produtos. Além disso, é importante promover a diversificação agrícola e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, agroecológicas e sistemas agroflorestais que possam aumentar a produção de alimentos e melhorar a qualidade nutricional da dieta dos agricultores familiares e de suas famílias.

Por fim, é importante observar um último aspecto. Muito embora tenha-se destacado ao longo do texto a situação de insegurança alimentar na Amazônia, deve-se considerar que, devido à sua própria diversidade de culturas, ambientes naturais e cosmovisão de seus povos, o extremo Norte do país necessita de uma visão mais localizada. Isso é importante, pois, muitas vezes, o que os índices sociais apontam como pobreza são, na verdade, modos de vida distintos daqueles das áreas urbanas, que seguem um padrão de cultura ocidentalizada.



Prof. Dr. Carlos Alberto de Sousa Cardoso, é professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, membro do Laboratório de Pesquisa e Extensão Sobre o Rural de Roraima – LABORR, membro do Grupo de Pesquisa O Universo Rural de Roraima em Perspectiva: processos e transformações sociais, Doutor em Geografia Agrária pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Mestre em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Áreas de estudo: sociologia rural, assentamentos da reforma agrária, movimentos sociais rurais, sindicalismo rural, Igreja e Questão Agrária no Brasil. Temas de interesse atual: agroecologia, permacultura, sociologia da alimentação, produção e consumo de alimentos saudáveis como estratégias de autonomia de comunidades camponesas e indígenas. Assessora a Comissão Pastoral da Terra desde 2007, colabora com o MST/RR e com a REPAM e faz parte da Frente em Defesa do Rio Branco.



Referências bibliográficas

ALEM, Daniel et al. **Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: construção e desenvolvimento de atributos**. Bahia: UFBA, 2015. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_oliveira_seguranca_alimentar.pdf>.

LOPES, Aline et al. Seca extrema na Amazônia: como o desmatamento altera o regime de chuvas. **Bori Agência**, 2023. Disponível em: <<https://abori.com.br/artigos/seca-extrema-na-amazonia-como-o-desmatamento-altera-o-regime-de-chuvas/>>.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Ed. Vozes: Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, Jullie. Mudanças climáticas põem em risco segurança alimentar da população em 62% dos municípios da Amazônia Legal e região é a mais afetada do país: Especialistas afirmam que políticas de combate à fome devem focar no estados da Amazônia, com recortes de gênero e raça. **InfoAmazonia**, 2023. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2023/03/15/mudancas-climaticas-poem-em-risco-seguranca-alimentar-da-populacao-em-62-dos-municipios-da-amazonia-legal-e-regiao-e-a-mais-afetada-do-pais/>>.

VALÉRIO, V. J. O. **Segurança e Soberania Alimentar: demarcações teóricas para uma abordagem crítica da produção e abastecimento alimentar**. 2020. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/4A/II_Valmir_Valerio.pdf>.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. (Análise; 1) PDF. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>.



II. Iniciativas e experiências de enfrentamento da fome na Amazônia

Fábio Gonçalves de Almeida

Jeisse Costa Carvalho

O combate à fome é um problema que envolve questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Dessa maneira, a fome no país deve ser observada sob um prisma estrutural, fundamentada na desigualdade de renda e riqueza. Esses dados são apresentados pelo IBGE, pois nos 9 estados que compõem a Amazônia Legal notam-se indicadores sociais aterrorizantes, o que ocorre devido ao fato de uma parte significativa da população viver em condições de pobreza, sobrevivendo com até meio salário-mínimo. Os dados da PNAD (GOMES, 2024, p. 20)⁵, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2022, indicam que 45,9% dos amazônidas encontram-se na pobreza. A estratificação relacionada à população total por Estado demonstra os seguintes índices de pobreza: Acre, 51,1%; Amapá, 47,8%; Amazonas, 55,1%; Maranhão, 56,8%; Mato Grosso, 22,4%; Pará, 47,1%; Rondônia, 29,6%; Roraima, 45,1%; e Tocantins, 34%.

Os dados acima demonstram que as ações protagonizadas pelos governos, seja a distribuição de cestas básicas ou a garantia de acesso a recursos financeiros, consistem em medi-

5 Gomes, Bruno, 2024, p.20.

das paliativas que não representam o rompimento do ciclo da fome. Este se fundamenta em um modelo de desenvolvimento excludente, especialmente das parcelas populacionais constituídas por minorias políticas, as quais, mesmo inseridas nesses programas sociais, são expostas a situações de sofrimento.

Um exemplo claro da ausência de sustentabilidade e da assertiva de que o país possui na desigualdade a origem da fome é que, em 2014, o Brasil recebeu o certificado que o excluiu do mapa da fome, ação protagonizada pela ONU. Uma das principais características para essa conquista foi um diálogo permanente, especialmente do Governo Federal com organizações sociais e a compreensão de que combater a fome vai além do acesso a produtos alimentícios ou mesmo de incentivos financeiros. Essas são ações essenciais, porém estão desconectadas da garantia de acesso à educação, qualificação profissional, saúde, lazer, esporte, cultura e combate às violências. Tudo isso tornou-se efêmero, como demonstraram as mudanças políticas impostas pela ascensão ao centro do poder de representantes de viés liberal. O resultado prático dessa ação foi a ampliação da fome no Brasil, que contabilizou 33 milhões (COELHO, 2024)⁶ de pessoas sem ter o que comer no ano de 2022. Em 2023, houve uma redução desse número para 20 milhões (dados da FAO)⁷, o que significa 31 vezes a população do estado de Roraima.

Os movimentos sociais, instrumentos centrais na luta contra a fome, desenvolvem ações diretas de combate à fome e garantia da segurança alimentar. Apontam que a redução de investimentos públicos em ações assistenciais, o corte no financiamento de políticas de inserção social, especialmente no tocante à educação, sustentabilidade produtiva de pequenos agricultores familiares e ao fechamento de instâncias dialógicas de controle social que garantem a participação da sociedade na formulação e reformulação de políticas públicas, a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), promoveram uma ruptura que atingiu milhões de pessoas, especialmente crianças e mulheres.

6 Coelho, André, 2024

7 Coelho, André, 2024

Após 4 anos de um cenário governamental que ocasionou um desmonte nas leis e políticas públicas básicas à população brasileira, a ascensão de um governo socialdemocrata, em 2023, permitiu a retomada de ações estruturais abandonadas desde o ano de 2016. Mas é fundamental tentar responder às seguintes questões: quanto essas ações públicas estarão efetivamente sujeitas às mudanças políticas? Como envolver a sociedade, cada vez mais diretamente, não apenas no processo da oferta de serviços, como se vê com o financiamento público das cozinhas solidárias, mas no pensamento e na formulação de políticas de combate à fome? Isso é essencial para que os projetos ou programas deixem realmente de ser parte da intenção de um governo ou intenções assistencialistas e assumam um caráter estratégico de fomentadores sociais e do povo em geral, visando à transformação e à mudança política da segurança e da soberania alimentar da população brasileira, em especial na Amazônia.

Nesse cenário catastrófico, de caos gerado pela fome, decorrente da desigualdade e da carestia, que levou ao retorno de nosso povo à “fila do osso”, essa realidade. Essa realidade foi agravada ainda mais pelos impactos das mudanças climáticas e seus eventos extremos que intensificaram essa situação. O povo, a sociedade civil, busca dar uma resposta ou enfrentar esse desafio de combater a fome, a desigualdade social, o racismo estrutural e a insegurança alimentar através da consolidação de iniciativas da sociedade que se tornam, às vezes, as únicas referências ao acesso de uma refeição diária e que se espalham como iniciativas por todo o país. Os maiores exemplos são:

1. **O estado de Roraima** é uma referência importante para analisar as estratégias adotadas na Amazônia, durante os anos de 2019 e 2022, período crítico de desconstrução de políticas públicas voltadas ao povo. A conjuntura política condicionou 4 situações concomitantes que ampliaram o ciclo da fome na unidade federativa, sendo: a imigração de venezuelanos e haitianos; a consolidação do garimpo na TI Yanomami; o aumento da pobreza; e a destinação de áreas da agricultura familiar para produção de commodities agrícolas. Na ausência de políticas públicas, esse quadro impôs a necessidade de os



movimentos sociais se ajudarem no fomento à defesa da vida, por exemplo:

- **Cozinhas solidárias organizadas por movimentos sociais como o MTST e MST** que promovem acesso a um mínimo de dignidade garantida na Constituição Federal, mas negada pela sociedade e seu padrão de desenvolvimento humano. A cozinha solidária mantida pelo MTST, no bairro Jardim Equatorial, terminou o ano de 2022 fornecendo cerca de 350 refeições para trabalhadores e trabalhadoras brasileiras e venezuelanas. A iniciativa idealizada pelos sem-teto roraimenses foi protagonizada de forma colaborativa, seja na produção da comida, ação realizada pelos próprios beneficiários, ou mesmo na garantia dos insumos, em sua grande maioria provenientes de doações, a exemplo da destinação de alimentos realizada pelo MST. Essa organização colaborativa permitiu a consolidação de elos que se fortalecem na atualidade em muitos locais.
- **Frente de Proteção ao Yanomami em situação de Rua**⁸, que fornece alimentação a parcelas desse povo que circulam nas ruas de Boa Vista: direcionada aos Yanomami em situação de rua, em Boa Vista, foi protagonizada por uma rede de apoio que envolve organizações indígenas, profissionais liberais e servidores públicos que se organizam em torno do espaço cultural Paricá, a fim de garantir o mínimo de segurança alimentar aos indígenas que vivenciam uma desestruturação social protagonizada pelo criminoso garimpo dentro da TI Yanomami. Cerca de 40 refeições diárias foram produzidas durante os anos de 2021 e 2022, ação essa fundamental ao salvamento da vida de adultos e crianças que vinham de suas comunidades, especialmente da região do Ajarani, localizada entre os municípios de Iracema e Caracará, à procura de alimentação nos centros urbanos.

Essa ação também foi organizada de forma colaborativa, tendo instituições, como a Igreja Católica, contribuído com alimentos em vários momentos. No entanto, as doações de cidadãos e cidadãs consistiram na principal forma de acesso à garantia da segurança alimentar dos Yanomami nesse período mais crítico enfrentado em Roraima, auge da tentativa de transformar o território Yanomami em uma grande Serra Pelada. O impacto sobre a caça, os peixes e as roças foram enormes, levando os indígenas a um grave quadro de fome, o que contribuiu, entre 2022 e 2023, para a morte de 706 (dados SE-SAI/MS) indígenas, o equivalente a 2,20% desse povo, especialmente crianças e idosos.

Outras ações envolveram diretamente entidades religiosas na ajuda humanitária e segurança alimentar dos imigrantes. As doações também foram a principal ferramenta colaborativa nos insumos necessários às centenas de refeições diárias oportunizadas por iniciativas como o Mexendo a Panela⁹, promovida pela Igreja Católica Nossa Senhora da Consolata. Em número, tal iniciativa foi muito maior que a capacidade de absorção da Operação Acolhida, estrutura idealizada em 2018, mas que não promoveu a inclusão dos processos produtivos locais, a exemplo da agricultura familiar, que até os dias atuais não fornece insumos ao projeto de acolhida de imigrantes do Governo Federal capitaneado pelo Exército brasileiro.

2. **O estado do Amazonas¹⁰** traz a referência de uma realidade paradoxal do Amazonas. Embora seja o estado com maior número de agricultores familiares, é também um dos estados com maior nível de insegurança alimentar. A falta de comida no prato de quem produz alimentos é consequência de uma série de fatores combinados: insegurança jurídica dos territórios, desmonte de políticas públicas de combate à fome e fomento à agricultura familiar, inflação, pandemia da COVID-19 e as consequências da devastação ambiental e da crise climática na região.

9 Projeto Mexendo a Panela alimenta pessoas carentes em Boa Vista/RR. Instituto Viva cidadania

10 AGUILERA, Juliana et al. Crise Climática e Fome



3. **Sementes Crioulas e Mulheres Negras na Resistência Contra a Fome:** O município de Barreirinha, na região do Baixo Rio Amazonas (a cerca de 330 quilômetros de Manaus), foi o primeiro do estado a adquirir alimentos de produtores quilombolas para compor a merenda escolar por meio de chamada pública. Em maio de 2022, a prefeitura firmou contrato com famílias da comunidade quilombola Santa Tereza do Matupiri para a produção de alimentos orgânicos, usados para abastecer a escola municipal de mesmo nome, que atende alunos desta e de outras cinco comunidades quilombolas do rio Andirá. A primeira entrega aconteceu em abril deste ano e, desde então, a demanda da merenda escolar vem reforçando a renda de famílias como a da agricultora quilombola Jaciara Ribeiro de Castro, 32, que mora na comunidade.
4. **O estado de Rondônia** destaca-se nos avanços à segurança alimentar. Dados do Módulo Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – Contínua), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que o estado alcançou um notável índice de segurança alimentar, posicionando-se como o quarto estado com maior acesso regular a alimentos de qualidade. Com cerca de 80% da população tendo acesso regular a alimentos nutritivos e suficientes, Rondônia demonstra um compromisso sólido com o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes. De acordo com os dados, 80% dos domicílios permanentes em Rondônia desfrutam de segurança alimentar, enquanto 15% enfrentam algum grau de insegurança alimentar leve, 2,2% estão em situação de insegurança alimentar moderada e 2,9% sofrem com insegurança alimentar grave. O progresso foi alcançado pelo estado, devido a esforços do comprometimento de diversos atores sociais e institucionais coordenados em políticas públicas, programas de assistência social e iniciativas da sociedade civil.

Investimentos em agricultura familiar, incentivos à produção agrícola sustentável, programas de distribuição de alimentos e ações de educação alimentar desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, no engajamento da população e no fortalecimento de redes de solidariedade, pois eles contribuem para a consolidação desses avanços e para a construção de comunidades mais resilientes.

- **O programa SOMOS + VIP – Feirão e Horta Solidários, da Associação de Resgate da Dignidade Humana (AR-DH)¹¹:** Criado em 2021, o Programa SOMOS + VIP – Feirão e Horta Solidários faz parte de um conjunto de iniciativas interligadas e estruturantes que lutam no combate à fome na região da Amazônia Legal: o Feirão Solidário, a Horta Solidária, a Roda de Conversa e o Eu Lidero.

Com um público-alvo formado por famílias representadas em 95% por mulheres, as atividades da iniciativa estão focadas em distribuir semanalmente frutas, verduras e legumes; atuar na redução do desperdício de alimentos com coletas de vegetais descartados em hortifrúttis, organizadas pelos próprios beneficiários; e agir no desenvolvimento social como uma alternativa ao trabalho insalubre de catação de lixo, gerando renda para os envolvidos na comunidade. O feirão é a base. Primeiro, alimentar essas pessoas e passar para a segunda fase, que é a fase da estrutura emocional, das outras dimensões que o ser humano precisa ter garantidas para uma vida digna.

5. **O estado do Amapá** foi o primeiro estado a aderir ao programa federal “Brasil sem Fome”, em maio de 2023. Os esforços para combater a insegurança alimentar estão entre as prioridades desde o início da nova gestão do Governo do Estado. No ano passado, foram desenvolvidas várias iniciativas de distribuição de cestas básicas e água para comunidades atingidas pela estiagem e salinização dos rios.

11 ENCERRAMENTO: Bem-sucedido, Projeto Somos+Vip Horta Solidária chega ao fim neste sábado (29).



Agora, o estado lançou o maior programa de segurança alimentar da região Norte, que será executado ainda em 2024. A estratégia conta com políticas públicas idealizadas para atender, prioritariamente, os 13% da população amapaense que possuem uma ou nenhuma refeição diária.

- **O programa “Amapá sem fome”**, conectado com o “Programa Brasil Sem Fome”, pauta-se em oferecer locais que disponibilizem alimentação saudável e com preço acessível, a partir de processos seguros. Os Restaurantes Populares ficarão a cargo do Poder Público e, por terem a limitação de atender municípios com até 100 mil habitantes, funcionarão apenas em Macapá e Santana. As Unidades Sociais Produtoras de Refeições atenderão os outros municípios por meio do trabalho da sociedade civil.
- **Vale-Gás Social:** A ação consiste no fornecimento de gás de cozinha a famílias em situação de pobreza, extrema pobreza ou socialmente vulneráveis. A inclusão das famílias no benefício obedecerá ao critério de avaliação social, com parecer técnico expedido pela Secretaria de Estado Assistência Social.
- **Kits de Alimentação:** Outra política adotada dentro do Amapá Sem Fome é a distribuição de kits de alimentação diretamente para entidades que, por sua vez, entregarão os itens às famílias que necessitam. A medida oferece, ainda, kits específicos para crianças de até 6 anos, garantindo a nutrição desde a gestação até a primeira infância.
- **Banco de Alimentos:** Faz parte da política contra a fome a criação do primeiro banco de alimentos do Norte do Brasil. Trata-se de um espaço para receber doações pela iniciativa privada e itens, como peixes, apreendidos pela Polícia Militar. O objetivo é destinar esses alimentos a quem precisa, evitando que eles sejam descartados ou estraguem.



- **Cartão-Alimentação:** auxílio financeiro temporário destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social, com objetivo de adquirir alimentos ricos em proteínas, como carne e ovo, opções não incluídas nas cestas básicas.
6. **O Pará**, em 2023, foi o estado que apresentou a maior proporção de domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave (20,3%), um em cada cinco domicílios. Em outubro do ano passado, Belém sediou a 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Pará, quando Nazaré Costa, da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, anunciou o empenho do governo no enfrentamento desse problema. “O governo do estado está comprometido em combater a fome com projetos integrados”, citando o programa Avança Pará, que consiste numa operação de crédito junto ao BIRD para, entre outros, investir 100 milhões de dólares no combate à fome. Os resultados, se eles existem, ainda não apareceram.
 - Existe, no Estado do Pará, uma oferta de alimentos suficiente para atender a população. No entanto, o que se observa é um excesso de proteínas e calorias que não chegam aos consumidores, porque o poder aquisitivo de parcela considerável da população do estado é baixo e as condições de comercialização dificultam o acesso aos alimentos. Uma análise econométrica realizada há mais de décadas já previa a realidade atual apontada pelo IBGE .
7. **O Estado do Acre** foi o terceiro estado com o melhor índice de domicílios em situação de segurança alimentar, ou seja, quando a família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. No estado, 69,7% dos domicílios estão em situação de segurança alimentar. Ressalta-se que o estado tem mais da metade população com acesso ao direito



básico da humanidade, que é alimentar-se dignamente. Todas as secretarias que compõem esse sistema organizam-se e priorizam essa pauta com ações que efetivamente cheguem às populações vulneráveis com as seguintes iniciativas governamentais:

- **Prato extra:** programa governamental para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes que atende cerca de 150 mil alunos distribuídos em mais de 600 escolas urbanas, rurais e indígenas em todo o estado.
- **Outras ações articuladas voltadas à geração de emprego,** que, em 2023, geraram mais de 4.500 novos postos formais, e o avanço na agricultura familiar, que, por meio do programa Prato Extra, ampliou de R\$ 4 milhões para 20 milhões as compras com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo um valor maior que os recursos repassados pelo Governo Federal.
- **Investimento em Políticas públicas** com a estrutura de um departamento que tem feito não só um acompanhamento técnico, como uma fomentação de adesão aos municípios, mas também de orientação, para que possam aderir a esses programas de alcance na melhoria de segurança alimentar. Mesmo na época do recesso escolar, os alunos têm acesso a uma alimentação com acompanhamento nutricional, que é ofertada de forma voluntária. Há também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Secretaria de Agricultura, que garante a compra desses produtos direto do produtor e a parceria com o Sesc [Serviço Social do Comércio], por meio do Banco de Alimentos, Cozinha Mesa Brasil, ou seja, existe uma fomentação de compromisso de política de governo no estado voltada justamente para combater a fome. A responsabilidade de implantação é do Departamento de Segurança Alimentar.



- 8. No Estado do Maranhão**, a criação do Banco de Alimentos foi desenvolvida a fim de minimizar os efeitos da fome e o desperdício de alimentos ainda em bom estado para consumo, que servirão para complementar a alimentação de milhares de pessoas em situação de risco alimentar e social. Pessoas inscritas no CadÚnico, famílias, crianças, adolescentes, adultos, idosos e outros em situação de insegurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade social, entidades sociais cadastradas no Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas), mediante prévia análise situacional realizada pela equipe técnica da Sedes e entidades da rede socioassistencial regularmente constituídas que atendam a indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

O governo tem investido fortemente na política de segurança alimentar, desde o aumento dos equipamentos, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e agora o Banco de Alimentos, o qual, além de fazer toda a arrecadação e doação de alimentos, vai constituir uma rede de ensino e capacitação de segurança alimentar para que a política não fique só no equipamento, mas possa também ser inserida nas comunidades. Como em iniciativas Programa do leite, Bolsa Escola, Mais Renda, criação de mais CRAS e CREAS, ações da Sedes estão os serviços de acolhimento (Solar do Outono) que foi completamente reformado, a execução do CapacitaSUAS, o Cofinanciamento, comissão para levantamento e avaliação dos Centros Sociais –CSU e a execução das Políticas Sociais de Assistência Social no Estado, tais como: PNAS, SUAS, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, Acesso de águas para todos, e diques de produção, ação visa garantir armazenamento de água das chuvas e impedir a entrada de água salgada em igarapés e campos naturais.

- 9. No Estado do Mato Grosso**, de acordo com dados do Cadastro Único, há mais de 151 mil famílias vivendo na extrema pobreza. O Governo do estado beneficiou 100 mil famílias com:



- Entrega de cestas básicas;
 - Transferência de renda. Por meio do cartão Ser Família Emergencial, os beneficiários recebem R\$ 200,00 a cada dois meses, exclusivamente para a compra de alimentos. As pessoas contempladas estão incluídas no Cadastro Único das Políticas Sociais do Ministério da Cidadania (CadÚnico) e recebem até R\$ 79,00 per capita por mês.
 - Prato Popular. A unidade oferece marmitas ao custo simbólico de R\$ 1,00 para as pessoas economicamente vulneráveis.
- 10. No Estado do Tocantins**, o levantamento revelou que 280 mil pessoas não tinham o que comer. Os dados são da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Para mensurar a atual situação e adotar medidas eficazes contra a miséria, há um pedido na Assembleia Legislativa do Tocantins para a constituição da Comissão Especial de Responsabilidade Social e Combate à Fome no estado, com o objetivo de combater efetivamente a miséria, a qual tira a dignidade do povo tocantinense, solicitando a existência de programas capazes de chegar a quem realmente mais precisa. Essa comissão irá trabalhar na conclusão do relatório sobre a insegurança alimentar no Tocantins. Com esse levantamento, será possível propor a agenda com medidas e ações ao executivo em cooperação com a Assembleia Legislativa.

No entanto, as ações emergenciais são apelativas, não enfrentam e não combatem a fome e não garantem a segurança e a soberania alimentar e nutricional da população e não podem se refletir em ações permanentes. É necessário possibilitar que políticas estruturantes permitam a superação da condição de extrema pobreza e insegurança alimentar desse povo. Dessa forma, iniciativas de enfrentamento à fome e garantia da segurança e soberania alimentar e nutricional devem ser impulsionadas pelas organizações, movimentos da sociedade civil e Igrejas e serviços por elas prestados,

com destaque especial à Rede Eclesiástica Pan-Amazônica (REPAM). A seguir, serão mencionados alguns de seus projetos. Essas ações representam respostas concretas e significativas às demandas da população, como aqui apresentadas:

- **O Sisteminha¹²**, projeto que incentiva a transformação de quintais em áreas produtivas de alimentos saudáveis, é fundamental na consolidação de políticas de segurança alimentar e combate à concentração de renda e riqueza. A proposta idealizada pela Embrapa constitui-se de um sistema de produção integrada de alimentos, já implementados em 14 estados brasileiros e exportado para 8 países africanos. A ideia central é que um núcleo familiar possa, no quintal de sua residência, ter um tanque com peixes que produzem o composto orgânico necessário para irrigar uma área plantada, além da criação de algumas galinhas. A proposta é interessante para os que possuem casa com quintal, realidade não experimentada por milhões de brasileiros e brasileiras que enfrentam a fome.
- **Criação e Manejo de Aves Poedeiras em Sistema-Intensivo da Diocese de Cametá¹³**: esse projeto é realizado em parceria com a REPAM-Brasil. Ele propõe a criação de aves poedeiras, dando autonomia às comunidades e fortalecendo a geração de renda, segurança e soberania alimentar e nutricional a cada uma delas.
- **Intercâmbio sobre associativismo da Prelazia de São Félix do Araguaia**, para fortalecer as práticas sustentáveis de forma respeitosa ao meio ambiente e a geração de renda para as famílias através da comercialização da produção do mel.
- **Criação da Unidade Agroflorestal no território de Campestre – Timbiras/Maranhão**: recuperação de se-

12 EMBRAPA. Programa Sisteminha

13 Canteiros que brotam esperança. Diocese Cametá.



mentes, resgate da tradição comunitária e tecnologias de baixo custo à comunidade para fortalecimento do manejo de quintais agroflorestais, abrangendo várias unidades locais com várias espécies frutíferas.

- **Quintais e agroflorestas – Associação do Povoado Colombo-Diocese de Coroatá¹⁴**: desenvolver técnicas de plantio da terra, ampliação de plantas frutíferas e reflorestação dos quintais para subsistência, segurança e soberania alimentar e geração de renda.
- **Oficinas de produção de comida caseira – Alimentação Alternativa na Diocese de Humaitá – Amazonas**, fortalecendo o conhecimento e a aplicação sobre alimentação alternativa e utilização do valor nutritivo dos legumes, verduras, frutos regionais, empoderamento das mulheres das comunidades, geração de renda para ampliação do orçamento e consumo familiar, visando à produção e geração de renda coletiva.
- **Projeto Agricultura Sustentável da Diocese de Bragança – Pará¹⁵**: objetivo de enfrentar o avanço do agronegócio na região, trabalhando a diversificação da produção e do trabalho de fortalecimento da feira de agricultura familiar.
- **Projeto de Agricultura Familiar gerando vidas – Prelazia de Tefé – Amazonas¹⁶**: projeto desenvolvido pela REPAM que tem por finalidade a produção de alimentos saudáveis sem uso do agrotóxico e de acordo com os princípios da agroecologia, consumo sustentável e acesso à renda por meio da comercialização solidária com famílias que vivem nas periferias. Por meio do projeto, elas podem ter acesso aos insumos agrícolas e a ferramentas para o plantio, cultivo, colheita e comercialização dos alimentos.

14 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

15 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

16 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

- **Projeto Agulha Criativa – São Luís do Maranhão¹⁷**: a REPAM buscou como objeto a produção de artesanatos realizados por mulheres, promovendo a economia criativa e solidárias nas áreas periféricas urbanas para o aumento da renda familiar, vínculos de meio da organização coletiva e empoderamento das mulheres em situação de vulnerabilidade.
- **Projetos Canteiros que brotam Esperança – Prelazia de Cameté – Pará¹⁸**: fomentar a agricultura familiar, incentivando a produção agrícola, gerando renda às famílias beneficiadas. Nesse projeto, propõe-se a realização do cultivo em harmonia e equilíbrio com o meio ambiente. Isso gerou melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, qualidade da alimentação, fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, aumento da renda familiar, ampliação da comercialização, economia solidária e fortalecimento das comunidades.
- **Projeto sustentável de criação de galinha caipira – Prelazia de Borba – AM¹⁹**: projeto realizado para contribuir na alimentação das famílias, enfrentando e combatendo a fome das famílias das crianças assistidas pela associação da Prelazia.
- **Projeto Farmácia Viva – Palmas – Tocantins²⁰**: ação Social Arquidiocesana de Palmas juntamente com a REPAM. O projeto é executado como iniciativa de criação e manutenção de uma horta comunitária na qual são cultivadas plantas e ervas medicinais, bem como hortaliças e verduras para consumo dos beneficiários. O excedente é comercializado, aumentando a renda familiar das famílias atendidas. O projeto colabora com a melhoria da nutrição, segurança alimentar e saúde das famílias. A comercialização do alimento excedente fortalece a economia solidária e as comunidades.

17 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

18 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

19 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

20 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.



- **Hortas Comunitárias Barbara Maix – Araguaína – Tocantins²¹**: cultivo de canteiros e espaços urbanos na periferia de Araguaína. A parceria cede terrenos e abastecimento de água necessários para o cultivo das hortaliças. Isso promove segurança familiar, geração de renda, com a comercialização da produção excedente, ampliação dos vínculos comunitários das famílias e fortalecimento da economia solidária.
- **Projeto Hortas Familiares – Porto Velho e Ariquemes – Rondônia²²**: a REPAM colaborou com a Diocese de Porto Velho na implementação de hortas comunitárias entre famílias indígenas residentes nas cidades, nas periferias da capital, nos canteiros e arredores da Arquidiocese, visando ao fortalecimento da produção agroecológica das famílias com conhecimentos técnicos da agricultura familiar.
- **Projeto de Produção de Alimentos – Diocese de Cruzeiro do Sul – Acre²³**: incluindo três municípios, foram construídas casas de farinhas e instalada uma casa de produção de derivados de cana-de-açúcar para o aumento da renda familiar e da qualidade de vida das comunidades beneficiadas e o fortalecimento da economia solidária.
- **Projeto Mulheres agroextrativistas construindo Autonomia e Empoderamento Territorial Itapecuru Mirim/Diocese de Coroatá – Maranhão²⁴**: autogestão de suas atividades empreendedoras, com a valorização dos saberes tradicionais que atuam na fabricação de sorvetes de frutas regionais. O projeto visa ao aumento da geração de renda, ao fortalecimento da economia solidária e, no futuro, à criação de uma cooperativa de fabricação de sorvetes e polpas de frutas.

21 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

22 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

23 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

24 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

- **Projeto Mulheres Artesãs – São Luís – Maranhão²⁵**: oficinas de produção de artesanatos, produção, gestão, comercialização e economia solidária, ampliando a renda familiar das mulheres envolvidas e seu empoderamento social e econômico.
- **Projeto Plácidas em Ação Resgatando a Cidadania Loreto – Maranhão²⁶**: produção e comercialização de produtos através da economia popular solidária: corte, costura, confecção de bordados, crochês, tapeçaria e guardanapos.
- **Projeto Plantar é Viver – São Félix do Araguaia – Mato Grosso²⁷**: ampliação de hortas comunitárias, reflorestamento dos quintais atingidos pelo fogo e ampliação dos quintais agroecológicos, favorecendo o acesso às famílias de alimentos orgânicos, sem uso de agrotóxico e produzidos em total sintonia com o tempo e a natureza, e a produção de ervas medicinais coletadas para produção de remédios caseiros, alimentos utilizados na merenda escolar do Assentamento e da Aldeia Marãiwatsédé, garantindo a soberania e segurança alimentar e nutricional da comunidade.
- **Projeto Plantar Esperança – Imperatriz – Maranhão²⁸**: associação das Comunidades Maranhenses – ASCOM – que apoia famílias de baixa renda das periferias da cidade, implantando hortas comunitárias em quintais, escolas e associação de moradores de bairro para segurança alimentar e nutricional.
- **Sistemas de quintais Comunitários Agroecológicos Diocese de Coroatá – Maranhão**: organização das mulheres camponesas para defesa dos territórios e para a produção agroecológica de alimentos, criando o sistema agroflorestal e manejo das árvores frutíferas plantadas.

25 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

26 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

27 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

28 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.



Os alimentos produzidos servem para o consumo próprio da família e para comercialização na feira local. A venda deles possibilita o aumento da renda familiar das famílias, o fortalecimento da economia popular solidária e cria relações e cooperativismo entre as comunidades.

- **Sustentabilidade da Agricultura Familiar dentro da Realidade Amazônica – CPT Anapu – Pará²⁹:** assegurar a sustentabilidade das famílias na agricultura a partir do reflorestamento contínuo, do melhoramento da produção orgânica, da qualificação dos meios de produção, do cuidado com as áreas degradadas e da reconstrução de espaços destruídos e abandonados.
- **Projeto de Fortalecimento da Horta Familiar – Farmácia Viva – Miracema – Tocantins³⁰:** a Caritas Diocesana de Miracema, para o enfrentamento às desigualdades sociais, criou e mantém a horta comunitária, que cultiva frutas, legumes e hortaliças, além das plantas medicinais, que são destinados ao consumo das famílias e também à comercialização. Foi possível disponibilizar espaços com cobertura, depósitos e canteiros, construção de muro e aquisição de novos equipamentos de produção e insumos que qualificam o trabalho dos agricultores. Melhorou-se a qualidade de vida das famílias beneficiadas, possibilitou-se o auxílio à nutrição, a contribuição à segurança alimentar e ao cuidado com a saúde, ampliou-se a renda familiar e impulsionou-se as famílias a empreenderem no ramo do comércio de hortaliças e já manterem hortas em seus quintais para visibilizar seu empreendimento.

Esses são sinais de esperança e transformam vidas e comunidades, porque lideranças, homens e mulheres, são inseridas nos programas de Aquisição Alimentar, fortalecendo a segurança e soberania alimentar das comunidades, mas também a geração de renda e a qualidade de vida e a garantia de direitos básicos a essas comunidades. São ações, gestos e

29 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

30 REPAM. Experiências de Bem Viver na Amazônia, 2021.

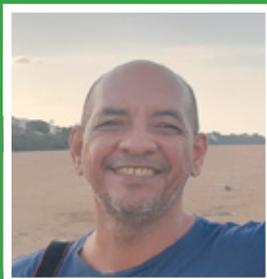
caminhos construídos na aliança dos povos e na construção coletiva das comunidades e dos povos, fundamentadas por seus saberes ancestrais, os quais vão iluminando e tecendo passos seguros ao enfrentamento dos desafios da fome, da desigualdade social e da pobreza.

Todavia, há que se compreender que as ações públicas de combate à fome no Brasil, especialmente na Amazônia, impactada com secas e cheias de grandes proporções, precisam ter como referência as vozes da região, já esperanças em suas próprias saídas no enfrentamento desse dilema que impacta a vida de milhões de pessoas na grande Amazônia. Não é possível pensar o combate à fome e à insegurança alimentar nessa região de forma desconexa da integração entre os países e entre os povos que constroem a realidade sociológica. Um passo fundamental seria começar a tirar alimentos ultraprocessados das cestas básicas distribuídas pelo governo. Sardinhas aos Yanomami é, em grande parte da comunidade, sinônimo de manutenção da fome. Por que não entregamos peixes moqueados? Pensar ações públicas exige a regionalização dos processos, algo que ainda não aprendemos.

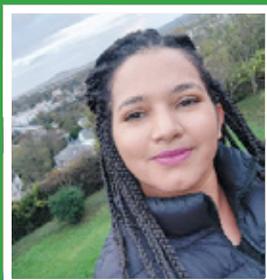
Algumas imagens do projeto Experiências de Bem Viver – Amazônia e Agroecologia e Economia Solidária no território Amazônico todos desenvolvidos pela REPAM:



Fábio Almeida, tem 49 anos, é historiador e jornalista, com especializações em gestão ambiental, saúde ambiental e saneamento para comunidades rurais. Atua no movimento social e sindical desde 1995. Foi candidato ao governo de Roraima em 2018 e 2022.



Jeisse Costa Carvalho, graduada em Gestão Pública Camponesa, Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST.



Referências bibliográficas

AGUILERA, Juliana *et al.* Crise Climática e Fome: No Amazonas, insegurança alimentar grave atinge agricultura familiar. À frente dos roçados, mulheres quilombolas lutam contra as consequências da crise do clima e desmonte de políticas públicas. **Modifica**, 2022. Disponível em: <<https://www.modifica.com.br/inseguranca-alimentar-crise-climatica-mulheres/>>.

A luta diária contra a fome na Amazônia: como a insegurança alimentar afeta a região. Set., 2023. Disponível em: <<https://repam.org.br/a-luta-diaria-contr-a-fome-na-amazonia-como-a-inseguranca-alimentar-afeta-a-regiao/>>.

Agroecologia e economia solidária no território amazônico. REPAM Brasil. Disponível em: <https://repam.org.br/wp-content/uploads/2022/12/relatorio-agroecologia_correcao-16.12.pdf>.

ALMEIDA, Fábio. A saga aterrorizante de uma família Yanomami. **Rede Amazoom**. Disponível em: <<https://www.redeamazon.org/post/a-saga-terrorizante-de-uma-fam%C3%ADlia-yanomami>>.

ALMEIDA, Mário Tito Barros; ALMEIDA, Leila Cristina Santos. **Fome e soberania alimentar na Amazônia:** notas sobre um silêncio cada vez mais incômodo. Revista Tempo Amazônico. Macapá, v. 8, n. 02, pp. 228-249, jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://www.ap.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2542>.

Canteiros que brotam esperança. Diocese Cametá. Disponível em: <<https://diocesecameta.com.br/economia=-solidaria/#:~:text=CANTEIROS%20QUE%20BROTAM%20ESPERAN%C3%87A&text=O%20objetivo%20principal%20%C3%A9%20produzir,trabalho%20e%20gera%C3%A7%C3%A3o%20de%20renda>>.

COELHO, André. Fome no Brasil diminui de 33 milhões de pessoas para 20 milhões num ano. **Observatório**. Disponível em: <<https://observador.pt/2024/03/12/fome-no-brasil-diminui-de-33-milhoes-de-pessoas-para-20-milhoes-num-ano/>>.

EMBRAPA. **Programa Sisteminha**. Disponível em: <<https://www.sisteminhaembrapa.org/>>.

ENCERRAMENTO: Bem-sucedido, Projeto Somos+Vip Horta Solidária chega ao fim neste sábado (29). **Rondoniaaovivo.com**, 2023. Disponível em: <<https://rondoniaaovivo.com/noticia/geral/2023/07/26/encerramento-bem-sucedido-projeto-somosvip-horta-solidaria-chega-ao-fim-neste-sabado-29.html>>.

Experiências de Bem Viver: na Amazônia. **REPAM**, 2021. Disponível em: <https://repam.org.br/wp-content/uploads/2022/02/experiencias_bemviver.pdf>.

GOMES, Bruno *et al.* **A Amazônia na transformação ecológica brasileira e mundial considerações preliminares:** Da Amazônia para a Amazônia, da Amazônia para o Mundo. *Local: Uma concertação pela Amazônia*, 2024.



INSTITUTO JONE DOS SANTOS NEVES. Publicação. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/sumarios/IJSN_Especial_Pobreza_Estados_Brasileiros_2022.pdf>.

No Maranhão, lideranças realizam mutirão de criação de unidade agroflorestal. **REPAM Brasil**. Disponível em: <<https://repam.org.br/no-maranhao-liderancas-realizam-mutirao-de-criacao-de-unidade-agroflorestal/>>.

Projeto na diocese de Miracema (Tocantins) estimula a criação de hortas familiares e farmácias vivas. **CNBB**. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/261179-2/>>.

Projeto Mexendo a Panela alimenta pessoas carentes em Boa Vista/RR. **Instituto Viva cidadania**. Disponível em: <[https://www.vivacidadania.org.br/index.php/2020/07/14/projeto-mexendo-a-panela-alimenta-pessoas-carentes-em-boa-vista-rr/#:~:text=Projeto%20Mexendo%20a%20Panela%20alimenta%20pessoas%20carentes%20em%20Boa%20Vista%20\(RR\),-14%20de%20julho&text=Dar%20o%20comida%20a%20quem%20tem,haitianos%20na%20capital%20de%20Roraima](https://www.vivacidadania.org.br/index.php/2020/07/14/projeto-mexendo-a-panela-alimenta-pessoas-carentes-em-boa-vista-rr/#:~:text=Projeto%20Mexendo%20a%20Panela%20alimenta%20pessoas%20carentes%20em%20Boa%20Vista%20(RR),-14%20de%20julho&text=Dar%20o%20comida%20a%20quem%20tem,haitianos%20na%20capital%20de%20Roraima)>.



III. Amazonizar as políticas públicas de combate à fome

Mário Tito Almeida

A análise eco-geo-bio-política do fenômeno da insegurança alimentar conduz à constatação de que a fome é escolha política. Ou seja, ela é proveniente de decisões tomadas no âmbito governamental, com forte influência de empresas alimentícias, que – por meio das estratégias e procedimentos técnicos e de saber-poder – definem quem terá vida e quem se equilibrará nas fronteiras da quase morte pela ausência do mais básico para viver, que é a comida.

Com isso, torna-se claro que, do ponto de vista ecogeobiopolítico, existem causas mais profundas que explicam a manutenção do fenômeno da fome na Amazônia, o que faz com que, na maioria das vezes, as iniciativas postuladas pelo Poder Público para o combate à fome não atinjam seus objetivos de garantir melhoria na qualidade de vida e segurança alimentar. A análise dessas causas, baseadas especialmente nas assimetrias de poder entre os atores ligados à alimentação, constituem um dos focos essenciais para quem se dispõe a entender o mal da fome.

Afirmar que existem fatores mais profundos para compreender a fome na Amazônia, portanto, significa adentrar causas estruturais ligadas a fluxos de comércio, à estrutura fundiária, ao processo global de aquisição de terras, à imensa participação e à influências das grandes corporações transnacionais em todas as fases do processo alimentar global.

Ações concretas são importantes para gerar resistências:

Em primeiro lugar, nota-se que se faz necessário estimular permanentemente a organização das famílias, numa perspectiva de fortalecer o capital social dessas comunidades, como fator-chave para o envolvimento agroecológico sustentável, com claro protagonismo dos povos amazônidas na construção, implantação, implementação e consolidação das políticas públicas, por meio do associativismo e do cooperativismo para a discussão de soluções e estratégias comuns.

Nesse sentido, é estratégico e necessário o envolvimento de tais comunidades ribeirinhas na necessidade de articulação sistêmica das políticas públicas, nas variadas esferas de governo, visando a superar o paradigma da competição entre os entes federados, induzindo uma nova dinâmica baseada na ação cooperada e na participação social, de forma a permitir a maximização dos resultados e o alcance efetivo dos objetivos de melhoria da qualidade de vida da população.

Fundamental, neste item, é a “amazonização” das políticas sociais nacionais de combate à fome. Por esse termo, entende-se explicitar que é premente uma mais aproximada abordagem nos multifacetados ambientes amazônicos, partindo de diagnósticos capitalizados e do envolvimento de atores da sociedade civil, buscando soluções que nasçam das necessidades locais que adaptem, renovem e até mesmo modifiquem o que é proposto para o país como um todo.

Programas e estratégias como a PNAE, os “Quintais Produtivos”, a criação de Projetos Agroextrativistas do INCRA, os recursos destinados à agricultura familiar, entre tantos outros, podem e devem ser carreados com intensidade para famílias de agricultura familiar da Amazônia. Isso pode gerar, de um lado, incentivo à produção e estabelecimento no meio rural e, de outro, dinamismo econômico interno e destinação do alimento para a população local.



Assim, é preciso considerar:

- Adotar políticas públicas para garantir a segurança alimentar e assegurar a realização do direito humano à alimentação adequada: isenção de impostos para alimentos in natura e minimamente processados, maior tributação para produtos alimentícios ultraprocessados, restrições à publicidade e ao marketing de alimentos não saudáveis, políticas de aquisição de alimentos orientadas para dietas saudáveis, sustentáveis, adaptadas às realidades culturais das regiões e mais diversificadas, campanhas de conscientização pública que promovam pratos e alimentos tradicionais à base de vegetais;
- Reforçar a estratégia bem-sucedida dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs) e o reconhecimento de famílias de populações ribeirinhas como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária inscritas nas Reservas Extrativistas (RESEXs) do Instituto Chico Mendes e nos territórios de comunidades remanescentes de quilombos, a fim de que sejam estimuladas práticas agrícolas voltadas para a melhoria da segurança e soberania alimentar e nutricional e para a geração de renda dessas famílias;
- Fazer gestões mais contundentes nos agentes financeiros públicos para que priorizem projetos que financiem a agricultura familiar, invertendo a lógica que privilegia projetos provenientes do agronegócio, os quais vêm dominando esses financiamentos, gerando produção de *commodities* e não de alimentos;

Desenvolver, na Amazônia, uma estrutura sobre sistemas agrícolas regenerativos alinhados à agroecologia: reduzir a dependência da agricultura comercializada, com uso intensivo de produtos químicos e insumos de alta energia, apoio financeiro e técnico e investimentos para a agroecologia, a diversificação da agricultura, a conservação da biodiversidade agrícola para a agricultura regenera-



tiva e resiliente e práticas como agricultura e silvicultura comunitárias e compartilhamento de recursos hídricos; regular a mudança do uso da terra de terras agrícolas para uso não agrícola, de modo que não comprometa a segurança alimentar global e garanta a disponibilidade de relatórios de planejamento do uso da terra em domínio público; acesso equitativo à terra, o controle e a segurança da posse; e diminuir ou eliminar significativamente as práticas industriais dos sistemas agroalimentares, como aquelas baseados no uso intenso de pesticidas;

- Desenvolver um Plano Global de Segurança e Soberania Alimentar para Adaptação e Resiliência ao Clima: fornecer financiamento adequado e mecanismo de responsabilidade; combater a dívida insustentável para medir o impacto social da produção de alimentos; investimentos de longo prazo em áreas críticas de desenvolvimento, como sistemas alimentares e adaptação climática; intervenções domésticas relacionadas aos sistemas alimentares que promovam vários resultados positivos para a saúde, o meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico; respeito e não prejudicar a soberania alimentar dos povos; garantir a coerência política com os fóruns multilaterais existentes que tratam da segurança alimentar; estruturas de governança que abordem conflitos de interesse entre o setor privado e os detentores de direitos humanos, terras agrícolas para culturas e sistemas agrícolas tradicionais;
- Priorizar sistemas alimentares diversificados e descentralizados e a produção local: consumo de alimentos cultivados localmente, processados, armazenados e com valor agregado; combater a monotonia alimentar; promover o consumo de produtos frescos, locais e naturais; promover sistemas de integração campo-cidade, incentivos econômicos para a distribuição de alimentos em espaços periurbanos; construção e preservação de áreas verdes e combate



ao racismo ambiental; incentivos econômicos para a distribuição de alimentos nas periferias urbanas, alimentos cultivados localmente e diversificados para o sistema de distribuição pública (PDS), lojas comerciais que ofereçam esses produtos a preços acessíveis; e investimentos públicos na promoção da logística de ciclo curto;

- Criar ferramentas políticas para reduzir a perda e o desperdício de alimentos em toda a cadeia de valor: práticas agrícolas sustentáveis, como agricultura de precisão, gerenciamento integrado de pragas e técnicas de irrigação com eficiência hídrica, para minimizar a perda e o desperdício de alimentos; infraestrutura e a tecnologia ao longo de toda a cadeia de suprimento de alimentos, visando à melhoria do armazenamento e do transporte descentralizados; evitar o comportamento de desperdício de alimentos em toda a cadeia de suprimentos; compostagem, a fim de desviar os restos de alimentos dos aterros sanitários e reduzir o impacto ambiental; programas educacionais, políticas e incentivos financeiros que apoiem a produção e a distribuição mais eficientes de alimentos;
- Incentivar um sistema holístico de práticas agrícolas combinadas com a criação de gado, com o fito de criar um sistema agrícola sinérgico, sustentável e resiliente: o cultivo de diversas culturas e forragens; crédito a agricultores pequenos e marginalizados para o manejo de animais; políticas que apoiem a agricultura integrada, incluindo subsídios, subvenções e incentivos para práticas sustentáveis; e treinamento e capacitação para a agricultura integrada;
- Desenvolver um mecanismo interministerial para uma Política de Saúde Única para alimentação e saúde holísticas: comitês que incluam representantes dos ministérios relevantes (por exemplo, saúde, educação, agricultura, água, meio ambiente, finanças), para facilitar a coordenação e a



tomada de decisões; planos de ação integrados que descrevam as funções, as responsabilidades e as contribuições de cada ministério, para uma visão compartilhada e objetivos comuns; facilitadores e impulsionadores para a adoção de estilos de vida sustentáveis, visando a uma saúde única do cultivo de forragem; crédito a agricultores pequenos e marginalizados, para o manejo de animais; políticas que apoiem a agricultura integrada, incluindo subsídios, subvenções e incentivos para práticas sustentáveis; e treinamento e capacitação para a agricultura integrada;

- Incentivar o movimento coletivo para a saúde, segurança e sustentabilidade holísticas do solo amazônico: medidas para aprimorar os serviços do ecossistema, como polinização, controle natural de pragas e saúde do solo, por meio de lavoura conservadora, descanso periódico do solo e outras práticas sustentáveis de gestão da terra e de gestão do solo, da água e da cultura; e desenvolver um mecanismo de monitoramento para regular as atividades que prejudicam a saúde do solo;

Criar um ecossistema favorável ao agricultor e ao produtor para desenvolver modelos de empresas comunitárias: promover modelos de negócios sustentáveis emergentes para sistemas alimentares e redes de agricultores, consumidores e fornecedores, organizando e apoiando eventos comunitários;

- Atribuir ao sistema alimentar valor, ética e considerações culturais de diversas geografias e comunidades: integrar alimentos, cultura, espiritualidade e geografia nas políticas; reavivar o conhecimento tradicional do sistema alimentar; e repositórios de práticas culturais intangíveis; meios e medidas para transmitir o conhecimento entre as gerações;

Implementar ações concretas para reduzir as desigualdades socioespaciais e os aspectos multidimensionais da pobreza: redistribuição universal de renda e expansão das proteções sociais, observando as



necessidades específicas de grupos vulneráveis, populações racializadas, famílias com baixa renda e baixa escolaridade, bem como populações sem-teto; Fundo Global de Proteção Social, para atingir a meta 1.3 dos ODSs; e disponibilidade de dados individuais e coleta de dados robustos e imparciais com transparência, a fim de elaborar políticas públicas adequadas com relação à fome e à pobreza extrema em comunidades socialmente vulneráveis. Investimento em políticas nacionais: o Programa de Aquisição de Alimentos, a política pública de renda – Bolsa Família e uma Cesta Básica de Alimentos com foco na produção agroecológica;

Desenvolver medidas para garantir empregos, meios de subsistência e autonomia financeira para pessoas em situação de pobreza: leis antidiscriminatórias e ações afirmativas para educação e emprego; e promover oportunidades econômicas sustentáveis adaptadas às necessidades e aos recursos locais;

Reduzir as barreiras sistêmicas à pobreza e à violência: acesso aos direitos básicos relacionados à alimentação, ao saneamento, à saúde, à educação, à moradia, ao transporte, à segurança pública, à energia e à comunicação; e reduzir as desigualdades socioespaciais para as periferias urbanas e populações rurais;

Deter os principais fatores de destruição do bioma amazônico ecossistemas sensíveis e estratégicos, como zonas proibidas para a indústria extrativa, dos direitos territoriais das comunidades indígenas e tradicionais; a demarcação de terras; o autogoverno da terra, da pesca e das florestas; e regulamentações ambientais rigorosas para proteger os recursos naturais.

Temos consciência de que um tema desafiador consiste na necessidade de induzir a adoção de uma nova matriz tecnológica de produção, com enfoque na transição agroecológica, na relação harmônica e construtivista entre as tradições e costumes endógenos com o saber científico, por meio da estruturação de um programa duradouro e pedagógico de assessoria técnica, social e ambiental, que seja capaz de fortalecer os arranjos e cadeias produtivas do agroextrativismo e da biodiversidade, numa perspectiva contínua de organização



econômica das famílias assentadas, como condição básica para sua emancipação enquanto efetivos cidadãos e cidadãs do meio rural.

Será necessário estimular formas organizativas que tenham como enfoque a economia solidária, o cooperativismo e a autogestão. Mas, fundamentalmente, é imprescindível que os recursos e investimentos públicos da reforma agrária sejam aplicados a partir de uma racionalidade econômica, pois constituem ativos atribuídos a populações pobres para que estas os transformem em fontes de reorganização de suas vidas e melhorem o padrão de sua inserção social.

Em outras palavras, as famílias precisam adquirir a consciência de que os recursos escassamente obtidos, além da exigência republicana de serem eficientemente aplicados, devem engendrar um novo padrão de desenvolvimento local, cuja marca definitiva seja a sustentabilidade.

Esse pode ser o caminho.

Mário Tito Almeida, doutor em Relações Internacionais (UnB), Bacharel e Mestre em Economia (UNAMA), Licenciado em Filosofia (Univ. Católica de Brasília), Bacharel em Teologia (Universit  Pontifícia Salesiana - Roma). Docente-Pesquisador do PPGC / UNAMA, Professor Efetivo do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará – UEPA), Docente da Faculdade Católica de Belém, Servidor Público Federal do INCRA



Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mário Tito Barros. **A dinâmica eco-geopolítica da fome e as rela es de poder na governança global da segurança alimentar: a soberania alimentar como resistência.** 2019. 305 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

Reforma Agrária e modernização da agricultura: contribuições para a avaliação da experiência brasileira. Dissertação (Dissertação de Mestrado) UNAMA – Universidade da Amazônia, Belém, 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>.

CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (orgs.). Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Ed. Elefante, 2022.

CASTRO, Josué. Geopolítica da fome. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1951.

PINTO, Henrique S. A segurança alimentar e nutricional no Brasil (Parte 2): Desafios Atuais. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, agosto/2014b (Texto para Discussão nº 152). Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/estudos>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, Márcia R. F.; SILVA, Carlos A. F.; DIAS, Nildo da S. Horta escolar no ensino fundamental. Vivências agroecológicas. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2024.





AMAZÔNIA
SEM FOME



REPAM

REDE ECLESIAL PANAMAZÔNICA
BRASIL